



Eliane Cantanhêde

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

## Propriedades da melancia

**A**lém de deliciosa, suculenta e refrescante, a ciência política acaba de descobrir outras propriedades da melancia: é indigesta para candidatos a ditador, impede golpes de Estado e faz bem à democracia. Acusados de “melancias” pelos golpistas, oficiais de alta patente não cedem às “ordens”, pressões e constrangimentos do então comandante em chefe das Forças Armadas e, assim, frustraram a decretação de estado de defesa e anulação da posse do presidente legitimamente eleito.

Se a melancia é verde por fora e vermelha por dentro, nenhum dos oficiais legalistas, co-

mo o atual comandante do Exército, general Tomás Paim, é ou seria “vermelho” ou comunista. É ridículo, mais uma farsa, uma fake news grosseira para manipular mentes e corações vazios e suscetíveis a mitos, Messias, salvadores da Pátria. Aqueles oficiais foram apenas o que 100% de militares deveriam ser: legalistas, batendo continência à Constituição e aos poderes constituídos.

O foco da PF e do STF está na fase aguda do golpe, quando já discutiam as minutas do golpe e do pronunciamento em que Bolsonaro anunciaria estado de defesa, fecharia o TSE e anularia as eleições e a posse de Lula. O

golpe, porém, começou já nos primeiros dias do governo Bolsonaro e esquentou com a demissão da cúpula militar, que se negou a aderir. Daí, emergiram

**Está confirmado:  
melancia é  
indigesta para  
golpistas e faz  
bem à democracia**

na Defesa os generais Walter Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira, para fazer o jogo sujo.

As investigações entraram em fase final com os depoimentos dos ex-comandantes do

Exército Freire Gomes e da FAB Baptista Jr., que confirmaram o papel central do então presidente no golpe e estão a anos-luz de serem comunistas ou “cagões”, como o general foi chamado por Braga Netto, que jogava blogueiros suspeitos contra os quatro-estrelas antigolpe. A PF deve concluir nesta semana o inquérito dos atestados falsos de vacina. Depois, o das joias e, por fim, até julho, antes do semestre eleitoral, o do golpe liderado por Bolsonaro. Depende, porém, da lenta e trabalhosa perícia em celulares e computadores.

Bolsonaro está inelegível até 2030 e, se condenado por

tentativa de golpe, atentado violento contra o estado de direito e organização criminosa, estará sujeito a 30 anos de prisão e de suspensão de direitos políticos. Assim, usa e abusa do que lhe resta: multidoes. Isso pode incendiar o País.

E Lula? Acerta ao ficar calado, mas não deixa de se informar. Na sexta-feira, por exemplo, estava no Rio Grande do Sul, em eventos oficiais com o diretor-geral da PF, Andrei Passos Rodrigues. Dirão que conversaram sobre “amenidades”. Alguém acredita? ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDOBRADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONews EM PAUTA

SE6. Carlos Pereira e Diego Schepel (quizenalmento) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmento) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo



LAVA JATO: 10 ANOS

## Alto escalão da Petrobras devolveu R\$ 279,8 milhões

**Maior parte do valor tem origem em propina e era mantida em contas no exterior, em dinheiro vivo e na forma de bens**

RAYSSA MOTTA  
SÃO PAULO  
JULIA AFFONSO  
BRASILIA

O esquema de corrupção ligado à Petrobras é investigado pela Operação Lava Jato a partir de 2014 foi confirmado por cinco ex-funcionários do alto escalão da estatal em delação premiada ou em colaboração espontânea à Justiça. Juntos, os executivos aceitaram entregar R\$ 279,8 milhões ao Tesouro e à petrolífera, segundo levantamento feito pelo **Estadão** com base nos acordos firmados entre os investigados e o Ministério Público Federal.

Do total de recursos devolvidos, R\$ 244 milhões – ou 87% – foram oriundos de propinas obtidas pelos executivos, e eram mantidos em contas no exterior, em dinheiro vivo e na forma de terrenos e até de carro importado. O restante corresponde a valores de multas compensatórias pelos crimes cometidos na época.

Nos acordos de delação, os ex-funcionários da Petrobras apontaram as maiores empresas do setor de infraestrutura brasileiro como pagadoras de propina a eles próprios. Em uma ação inédita no País, a Lava Jato investigou e prendeu

presidentes e dirigentes das gigantes da construção entre 2014 e 2015. Com o prosseguimento das investigações, executivos da Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht passaram a confessar os pagamentos ilegais e assinaram delações. As empresas firmaram acordos de leniência.

**CARTEL.** O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa foi o primeiro ex-integrante da cúpula da estatal a relatar que um cartel de empreiteiras dominou as obras bilionárias da petrolífera a partir de 2006. Costa admitiu ter recebido milhões em propinas sobre os contratos da estatal com essas empresas e disse que recebeu o dinheiro em shoppings e em casa.

Ao formalizar a delação, o ex-diretor renunciou a US\$ 2,8 milhões que estavam em uma conta nas Ilhas Cayman e a US\$ 23 milhões depositados na Suíça. Comprometeu-se a pagar uma multa compensatória civil de R\$ 5 milhões e a entregar uma lancha de R\$ 1,1

milhão, terrenos avaliados em R\$ 3,202 milhões, valores em espécie apreendidos com ele (R\$ 762.250, US\$ 181.495 e € 10.850) e um carro importado de R\$ 300 mil.

Costa foi o primeiro delator da Lava Jato. Condenado a 12 anos de prisão, ele pôde cumprir parte da pena em regime domiciliar e parte no semiaberto. O ex-executivo da estatal petrolífera morreu em agosto de 2022, aos 68 anos, no Rio. A morte foi consequência de um câncer de pâncreas.

**EX-EXECUTIVOS.** Depois de Costa, a Lava Jato fechou acordos de colaboração com o ex-diretor de Internacional também aceitou devolver US\$ 495 mil que estavam em uma offshore nas Bahamas e R\$ 6,7 milhões, o equivalente ao valor de dois apartamentos que o ex-dirigente possuía em Ipanema, no Rio. ●

Em novembro de 2015, Cerveró concordou em entregar 1 milhão de libras que ele mantinha em contas na Inglaterra. O ex-diretor de Internacional também aceitou devolver US\$ 495 mil que estavam em uma offshore nas Bahamas e R\$ 6,7 milhões, o equivalente ao valor de dois apartamentos que o ex-dirigente possuía em Ipanema, no Rio. ●



Bretas: Procuradoria não viu motivos para apurar conduta do juiz

## MPF rejeita investigar Bretas por suposta venda de sentenças

A Procuradoria da República no Rio concluiu que não há razão para investigar se o juiz Marcelo Bretas, que conduziu processos da Lava Jato no Estado, operou um esquema de venda de sentenças. As suspeitas foram levantadas pelo ex-presidente do Departamento de Transportes Rodoviários do Rio (Detro) Rogério Onofre de Oliveira, condenado pelo juiz na operação.

O **Estadão** teve acesso ao parecer do procurador da República Carlos Aguiar, que promoveu o arquivamento do caso. O documento afirma que não há indícios que corroborem as acusações e sugere que elas podem ter sido motivadas por “desejo de vingança”. “A declaração unilateral feita por indivíduo que foi julgado e condenado pelo juiz federal representante, sem qualquer indício de prova ou elemento capaz de lhe dar verossimilhança, não possui força suficiente

para justificar a adoção de medidas cuja mera instauração, por si só, importaria injusto gravame aos investigados”, diz o documento. Bretas acionou o Ministério Público Federal, em junho do ano passado, pedindo que o caso fosse esclarecido.

**ADVOGADO.** O ex-presidente do Detro disse que, quando estava preso, foi procurado pelo advogado Nythamar Dias Ferreira Filho e recebeu proposta para pagar R\$ 8 milhões em troca de liberdade. O dinheiro, conforme o relato, iria para um esquema supostamente liderado por Bretas. Antes de arquivar o caso, o Ministério Público tentou ouvir o advogado, mas ele não foi encontrado.

Bretas está afastado das funções por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até a conclusão de três processos administrativos sobre sua conduta na Lava Jato.

● FAUSTO MACEDO E R.M.

### Montante

**R\$ 244 mi** – ou 87% do total devolvido por ex-executivos da Petrobras – foram oriundos do recebimento de pagamentos ilícitos durante o esquema de corrupção que funcionou na Petrobras